



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

Participação popular, política de segurança e universidade: intervenções em Cariacica (ES)

Ana Lucia Coelho Heckert¹
Caíco Barbosa da Costa²
Isabelle Emerick da Rocha³
Mariana de Souza Ribeiro⁴

Resumo

Este texto visa relatar os primeiros meses da chegada da Força Nacional de Segurança e da criação da Comissão Popular de Monitoramento do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta no município de Cariacica/ES, uma das cinco cidades do Brasil selecionadas como experiência piloto do programa “Em Frente, Brasil” do ministro da justiça Sergio Moro, discutindo seus efeitos para as juventudes negras do município e eficiência da abordagem do programa. Aproveitando-se do espaço privilegiado que a Universidade ocupa, participamos das reuniões da Comissão adjuntas com o Subsecretário de integração institucional de segurança do estado, provocando um compromisso com a vida e com a cidadania na construção de políticas públicas e na luta antirracista.

Palavras-chave: Segurança Pública; Participação Popular; Força Nacional de Segurança; Cariacica.

Popular participation, public security and university: interventions in Cariacica (ES)

Abstract

This text aims to report the first months of the arrival of the National Security Force and the creation of the Popular Commission for Monitoring the National Program to Combat Criminality in the municipality of Cariacica/ES, one of the five cities in Brazil selected for pilot experience of the “Em Frente, Brasil” program, launched by Justice Minister Sergio Moro, discussing its impacts on black youth in the municipality and the efficiency of the program's approach. Utilizing University's privileged space, We've participated in meetings of the Adjunct Commission with the Undersecretary for Institutional Integration of State Security, forming a commitment to life and citizenship in the construction of public policies and in the anti-racist struggle.

Keywords: Public Security; Popular Participation; National Security Force; Cariacica.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito. E-mail: anaheckert@uol.com.br

² Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: caicocosta@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: isabelle.emerick@outlook.com

⁴ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: mariribeirodesouza@hotmail.com

O município de Cariacica (ES)

Este relato de experiência parte da atuação dos integrantes do curso de Psicologia no Programa de Extensão e Pesquisa Redes de Políticas no Território: Políticas Públicas e Movimentações Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo, no município de Cariacica. Nossas atuações tiveram como foco, nos últimos dez anos, o município e as movimentações da população na luta por acesso e implementação de políticas públicas. Como última ação do Programa, que se encerrou em fevereiro de 2020, fora decidido, coletivamente, o acompanhamento da implementação do Programa “Em Frente, Brasil” com a chegada da Força Nacional de Segurança em Cariacica e seus efeitos na vida dos seus moradores.

Em sua constituição, Cariacica recebeu seus primeiros imigrantes em 1829 e em 1833, totalizando 400 indivíduos. Em 1859, já reunia uma população de 4.149 habitantes, sendo 889 escravizados, segundo maior contingente de escravos da região, aumentando para 1.160 o número de escravizados em seu território em 1872. Os principais imigrantes que povoaram o município eram quase todos pomeranos, vindos da região de Santa Leopoldina e Santa Izabel, se instalando na localidade de Biriricas, além dos portugueses e seus escravizados que habitavam a região devido à concessão de sesmarias (JESUS, 2009).

Cariacica, situado na região metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo (ES), teve aumento significativo da população com a inauguração da Companhia Vale do Rio Doce na década de 1940. Nesse período, com loteamentos de terra e chegada de imigrantes atraídos pelo baixo preço da terra, oportunidades de emprego e proximidade com a capital, a população aumentou em 50%. Entretanto, o ritmo de crescimento não acompanhou a garantia de infraestrutura necessária.

O crescimento do município como polo industrial continuou até a década de 1970, quando perdeu esse posto por conta da construção do Porto de Tubarão em Vitória. O crescimento desordenado das áreas urbanas, com a criação de loteamentos clandestinos e ocupações de terras, atraindo segmentos mais pobres da população em função da grande oferta de imóveis, e os problemas ambientais somaram-se aos problemas sociais que repercutem até hoje. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relativos ao ano de 2010, a população o município de Cariacica estimava-se em 348.738 habitantes.

Programa “Em Frente, Brasil” e seus desdobramentos em Cariacica (ES)

Em 19 de Setembro de 2018, o Ministério de Segurança Pública lançou uma consulta pública sobre o plano nacional deste setor (BRASIL, 2018). O documento intitulado “Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social”, nascendo para se consolidar como instrumento do Estado, trouxe como propósito a diminuição de mortes violentas e a violência contra a criança que, de acordo com o documento, seria de 3,5% ao ano (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

O Plano (BRASIL, 2018) conta com um total de 15 objetivos, que não serão citados em sua completude devido ao foco do que está sendo aqui discutido. O primeiro objetivo deste documento que citamos postula: “Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais”. Este objetivo busca a redução da taxa de homicídios, prevendo “o estabelecimento de planos por estado e por cidade, com metas anuais passíveis de verificação e análise”, visando priorizar ações de prevenção com o foco nos grupos vulneráveis, em especial jovens na faixa etária entre 12 a 29 anos, negros e pardos e residentes nos territórios mais violentos.

Outro objetivo que merece destaque é o terceiro, que focalizava o enfrentamento às estruturas do crime organizado, tendo como algumas estratégias: A) “Capacitar profissionais de segurança pública dos estados, do Distrito Federal e Forças Armadas sobre investigação das diversas modalidades de crime organizado, integrando os na investigação das diversas modalidades de crime organizado, em especial nas ações transfronteiriças” (p. 50); B) “Fortalecer o enfrentamento da corrupção dos agentes públicos por meio da valorização da carreira e de condutas éticas, e do aprimoramento de mecanismos de controle e transparência de desvios de condutas e enriquecimento ilícito” (p. 51); e C) “Promover o apoio e o incentivo à criação ou ao fortalecimento de unidades especializadas de prevenção e combate à criminalidade em regiões rurais dentro das estruturas dos órgãos de segurança pública” (p. 51). (BRASIL, 2018)

Para além dos citados acima, o último objetivo que faremos referência será o 13º, que visa a garantia de melhores condições de trabalho para os profissionais da segurança pública e do sistema penitenciário, tendo como algumas de suas estratégias: A) “Adotar as medidas necessárias à realização de concursos públicos para que as carreiras da segurança pública, defesa civil e do sistema penitenciário não tenham limite de vagas para mulheres” (p. 63); e B) “Produzir anualmente Relatório Nacional de Vitimização do

Profissional de Segurança Pública e Defesa Civil, com detalhamento sobre o número de profissionais de segurança e do sistema penitenciário afastados da função pela corporação, número de profissionais vítimas de homicídio, latrocínio e outros crimes violentos, vítimas de acidente de trânsito e suicídio, ocorrido em razão de suas funções ou fora delas, além de dados sobre perfil” (p. 64). Todos os objetivos citados acima contam com diversas estratégias, merecendo, como estas, destaques. (BRASIL, 2018)

A consulta sobre o plano nacional do setor, de acordo com a Agência Brasil, pôde ser feita até o dia 04 de outubro de 2018, no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e foi assinada pelo presidente Michel Temer no dia 26 de dezembro daquele mesmo ano, sendo o decreto publicado um dia após. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano tem a duração de dez anos e será revisado anualmente pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, passando, a cada dois anos, por uma avaliação no Congresso Nacional (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

No mês de maio de 2019, já no mandato do atual presidente da república Jair Messias Bolsonaro, o ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, anunciou os cinco municípios que seriam contemplados como experiências piloto do Plano Nacional intitulado Programa “Em Frente, Brasil” (PEFB), abarcando um município de cada região do país sendo eles: Ananindeua, no Pará; São José dos Pinhais, no Paraná; Paulista, em Pernambuco; Goiânia, única capital da lista e Cariacica, no Espírito Santo, campo de nossas ações de pesquisa e extensão (OGLOBO, 2019). Os municípios foram selecionados com a característica de apresentarem alto índice de homicídios, sendo Cariacica o segundo município do estado do Espírito Santo com o maior número de homicídios dentre os que contam com mais de 100 mil habitantes (IPEA, 2019).

No dia 28 de junho de 2019, foi convocada uma Audiência Pública pelo Vereador de Cariacica, Professor Elinho, com o tema “Os impactos e desafios da Força Nacional em Cariacica”, que chegou ao município dia 29 de agosto. Esta audiência teve a participação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, dos vereadores do município, dos representantes da Defensoria Pública, dos representantes do Fórum Capixaba de Lutas Sociais e do Círculo Palmarino, e do Subsecretário de integração institucional de segurança do estado para debater a escolha do município de Cariacica, os impactos desta escolha, e as ações que almejavam a União e o Estado do Espírito Santo com a operacionalização do referido Plano.

Nesta mesma Audiência foi também enunciado quais seriam os bairros que receberiam a presença da Força Nacional de Segurança. A princípio, a sociedade civil estava ciente que seriam 16 bairros. Contudo, foi explicitado a inserção de mais 12 bairros que seriam “contemplados” por esta ação, totalizando assim 28 bairros. No que diz respeito à questão orçamentária, seriam encaminhados R\$ 4 milhões para cada município, sendo um orçamento claramente insuficiente (LIMA, 2020), que a priori não se tinha o conhecimento. De acordo com o subsecretário de segurança Guilherme Pacífico da Silva, em sua fala durante a Audiência, foi destinado também 100 homens da Força Nacional, 20 viaturas, 100 fuzis e 100 pistolas, indo na contramão do que se espera de um programa de prevenção à criminalidade. Como encaminhamento da sessão, foi proposta a criação de uma Comissão Popular de Monitoramento das Ações da Força Nacional de Segurança em Cariacica.

Com o decorrer das reuniões da comissão, foram obtidos os dados mensais do índice de violência, informados pelo subsecretário de integração institucional de segurança do estado, que eram comparados com os anos anteriores. No entanto, via-se que a presença da FSN não havia surtido grandes efeitos naquele momento, se comparado ao índice de violência do último ano, aumentando, inclusive, o número de homicídios no primeiro mês de operação. De acordo com a carta aberta endereçada ao ministro Sergio Moro no dia 29 de outubro de 2019 (SÉCULO DIÁRIO, 2019), a Comissão Popular de Monitoramento do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta levantou questionamentos acerca do projeto piloto e reforçou ainda que as ações não tiveram os resultados esperados, uma vez que a violência do município continuava aumentando, mesmo depois da implementação do programa. Além disso, de acordo com as organizações dos movimentos sociais, não houve o debate necessário para a implementação do projeto, nem as informações necessárias para sua execução - como o orçamento do Programa -, quais ações seriam realizadas e as metas a serem alcançadas (SÉCULO DIÁRIO, 2019).

Nosso Programa de Extensão participou da maioria das reuniões públicas desta comissão, assessorando na elaboração de indagações e reflexões a serem direcionadas aos agentes governamentais, objetivando colocar em análise a eficácia deste Plano para enfrentar os problemas vividos pela população mais pobre que reside neste município. As indagações que foram apresentadas pelos membros da Comissão incluíam: 1) “Quais serão os dias e locais em que a força de segurança fará suas incursões? 2) A

equipe da Força Nacional de Segurança (FNS) já fez levantamento dos endereços e horários de funcionamento das unidades de saúde, das escolas e dos Cras?"; 3) "Haverá a presença de ambulâncias e profissionais de saúde para atender possíveis vítimas das incursões da FNS?"; 4) "Quais os custos municipais, estaduais e federais das ações planejadas?"; 5) "Quais são as metas do trabalho da FNS em Cariacica?"; 6) Quais os indicadores que estão pautando as ações da FNS? Quais fontes foram usadas para mapear a situação da violência em Cariacica?; dentre outras.

Na medida em que o combate ao "crime organizado" permite a criação e aplicação de leis de estado de exceção, fortalecendo vias de regulamentação dos corpos principalmente pobres e periféricos, entendemos que a utilização do termo "criminalidade organizada" pode ser usada de maneira conveniente pelo Estado neoliberal (ROSA, 2014). Aqueles sujeitos considerados como risco e, portanto, alvo de violência e controle estatal são, estatisticamente, jovens negros e pobres. A segurança pública e o combate ao crime organizado apoiam-se no pretexto de combate a um inimigo perigoso criado historicamente; a manutenção e a busca pela paz; e do controle e manutenção da segurança do suposto cidadão de bem.

Nesse sentido, as nossas indagações direcionadas aos agentes governamentais partem também do referencial teórico que guia o nosso trabalho nas políticas públicas, a começar pelo debate e enfrentamento do racismo institucionalizado em nossa sociedade. De acordo com López (2012), este processo de construção ideológica tem início no século XIX, com a noção de Brasil como uma nação mestiça, sustentada na ideia de que haveria uma integração "harmônica" entre as raças e culturas, vindas a ser denominado, futuramente, de "democracia racial". Este imaginário de "harmonia racial" encobre seu real pressuposto:

[...] a manutenção das hierarquias raciais vigentes no país, na qual o segmento branco da população foi tido como principal e dominante, constituindo o ideal a ser alcançado pela nação, ao menos em termos comportamentais e morais. O mestiço foi elevado à condição de símbolo nacional, representando tanto a "harmonia racial" quanto a possibilidade de embranquecimento da nação (LÓPEZ, 2012, p. 123).

É desta constituição que "a tensão que existe entre harmonia racial e o embranquecimento é acirrada pela impossibilidade/incapacidade de reconhecer horizontalmente a igualdade entre todos no interior de uma pluralidade de raças e cores tratadas e pensadas hierarquicamente" (SILVÉRIO, 2004, p.41, apud. LÓPEZ, 2012, p. 123).

É importante explicitar também que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir formalmente o trabalho escravo, com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, acarretando diretamente na construção e na organização de cidade que vivemos hoje, uma vez que não houve políticas públicas de inserção dos ex-escravizados, tampouco direitos civis e sociais (PEREIRA, 2015), tendo esta população sua imagem ligada diretamente à vadiagem, à embriaguez, à preguiça, ao crime, à ociosidade, dentre outros (MATA, 2008).

Mesmo com as mudanças sociais ocorridas durante o século XX, como a modernização da economia, urbanização, ampliação das oportunidades (culturais e educacionais), não foi observada uma redução das desigualdades raciais neste trajeto. O preconceito e a discriminação ainda operam destinando os lugares que devem ser ocupados pelos negros: grupo subalternizado, tendo esse código racial da sociedade como “seu lugar apropriado” (HASENBALG, 1979, apud. LÓPEZ, 2012).

Outro guia para o nosso trabalho, neste momento, foi o encarceramento em massa e a criminalização da pobreza. A privação penal de liberdade está atrelada, desde seus primórdios, às demandas do sistema capitalista e suas transformações ao longo do tempo. O processo de aprisionamento desses corpos é perpassado por questões econômicas, territoriais, culturais e políticas que buscam a punição e o assujeitamento ao pensamento colonial. Deste modo, autores como Rosa, Junior, Campos e Souza (2017) apontam que o encarceramento

Serviu como forma de impor a disciplina do trabalho assalariado em camponeses, como controle do exército de reserva de trabalhadores e da precificação da mão de obra, como dispositivo de adestramento da força de trabalho, enfim, esteve continuamente apta a manter o controle da classe proletária da maneira necessária para atender aos interesses do sistema produtivo. A prisão figura, assim, como instituição auxiliar da fábrica (ROSA; JUNIOR; CAMPOS; SOUZA, 2017, p. 207).

Assim como o capitalismo, as prisões vêm se modificando, não mais possuindo as mesmas funções, instrumentos, mecanismos ou táticas, se transfigurando de acordo com as necessidades do sistema econômico vigente, ascendendo determinadas práticas punitivas a medida em que se expandia a desregulamentação econômica como consequência da expansão do neoliberalismo (ROSA; JUNIOR; CAMPOS; SOUZA, 2017).

Em 2017, o Estado Brasileiro ocupava o terceiro do ranking de países que mais encarceram no mundo, seguindo os passos dos Estados Unidos. A população que se encontra no sistema prisional brasileiro também é bem semelhante ao país norte-

americano, uma vez que as maiores vítimas deste sistema são jovens negros, com menos de 35 anos e de baixa escolaridade – tendo menos de 40% destes homens concluído o ensino fundamental (DANIN, 2017).

A taxa de negros no sistema prisional tem crescido continuamente nas últimas décadas. Este fenômeno tem relação direta com a política de guerra às drogas, que afeta explícita e desproporcionalmente as periferias dos centros urbanos, tendo os jovens negros mais chances de serem assassinados que os não-negros. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio, 71 são negras (TELLES; AROUCA; SANTIAGO, 2018), contando com o percentual de 99,3% de vítimas do sexo masculino no estado do Espírito Santo e 94,4% da média nacional, em 2014 (WASELFSZ, 2016). Os índices de encarceramento no país apresentam um crescimento contínuo desde 1995, resultando na superlotação dos presídios.

Na contramão das lutas de muitos movimentos sociais e entidades que buscam a diminuição da população carcerária, seja discutindo leis ou discutindo outra forma de fazê-la, o governo brasileiro “opta por manter e ampliar as verbas para a construção de presídios, aumentando o encarceramento em massa de pobres, negros e jovens” (DANIN, 2017, p. 126). Como alternativa para esta problemática, Ângela Davis (2018) defende que a única alternativa seria a construção de outro tipo de sociedade que não precise das prisões:

[...] uma redistribuição digna de poder e renda, de modo a apagar a chama oculta da inveja que agora arde em crimes de propriedade – tanto os roubos cometidos por pobres quanto os desvios de fundos cometidos por ricos. E um senso decente de comunidade, que possa reintegrar e reabilitar verdadeiramente aqueles que de repente são tomados pela fúria ou pelo desespero, e que os encare não como objetos – “criminosos” –, mas como pessoas que cometeram atos ilegais, como quase todos nós já fizemos (DAVIS, 2018, p. 113).

A perspectiva apresentada pelo abolicionismo penal na sociedade brasileira é um debate que precisa ser feito urgentemente. Dada a gravidade apresentada nas estatísticas, essa questão se faz necessária e de maneira ampliada. Infelizmente com o cenário político atual, nesta onda conservadora do direito brasileiro, o debate se faz mais precioso ao passo que é mais atacado por parte da mídia e está extremamente distante do horizonte das ações dos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de segurança.

Buscando debater sobre este tema, nossa participação nos encontros da Comissão Popular de Monitoramento do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta se deu a partir de nosso interesse na temática, em função da perspectiva de pesquisa e extensão que pauta o nosso trabalho. As pesquisas realizadas pelo grupo no âmbito das ações deste programa de extensão têm-se utilizado da pesquisa-intervenção como método de produção de dados e de interferência no campo. Esta escolha metodológica pretende salienta a dimensão política que compõe um percurso de pesquisa. No caso deste, a atuação da força nacional no município de Cariacica, entendendo-a como dispositivo de análise do regime de austeridade neoliberal e do processo de criminalização da juventude da periferia. A pesquisa intervenção parte do pressuposto que intervimos conhecendo e que toda pesquisa é um fazer que produz interferências macro e micropolíticas: produz realidades, institui práticas, interfere produzindo movimentos. Esse método se utiliza da construção de dispositivos de análise coletiva dos dados produzidos, visando interferir nos processos instituídos. As análises produzidas objetivam ampliar os graus de comunicação entre os diversos grupos que compõem o campo da pesquisa, visando fortalecer os exercícios de autonomia e de coletivização dos efeitos das práticas de gestão da segurança pública. Entendemos que os participantes são sujeitos ativos da pesquisa, conforme preconizam as perspectivas participativas de pesquisa (ROCHA; AGUIAR, 2003). O desafio ético é efetuar modos de produção do saber que não se dissociem dos processos de intervenção, de um campo problemático disparador de temáticas e problemas conectados à complexidade dos processos que hoje delineiam as demandas e propostas dos movimentos sociais e das políticas públicas no Brasil. O método é compreendido como modo de caminhar, modo de fazer pesquisa e extensão que não se dissocia de seus princípios e campo problemático (HECKERT; PASSOS, 2009).

O acompanhamento das reuniões abertas da comissão popular de monitoramento permitiu compreender *in loco* os objetivos dos planos de segurança pública, que residem muito mais no controle e punição da população pobre e que habita nas periferias. As ações não incluíram em momento algum a ampliação do acesso às políticas sociais, tampouco reverteram os impasses e dificuldades que a população do município vivencia. Apesar dos representantes governamentais insistirem em apresentar dados que supostamente indicavam diminuição dos índices de violência, o que se deu foi o contrário, com aumento 22,2% nos quatro meses de implementação do PEFB em

Cariacica, à medida que na Região Metropolitana e no Estado, houve um crescimento de 17, 2% (LIMA, 2020).

Resultados

Ao todo, os integrantes do projeto Redes participaram de cinco encontros, realizados entre os meses de julho e dezembro de 2019, da Comissão Popular de Monitoramento do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta em Cariacica com a participação de representantes de órgãos estaduais e federais (secretaria de segurança pública, defensoria pública, dentre outros), sempre com o intuito de fortalecer a participação popular e o controle social nas políticas que estão ali sendo construídas. Questionando também a lógica punitivista e racista que estrutura as políticas de segurança pública, apontando o extermínio da população negra e cobrando a integração intersetorial prometida pelo programa. Enquanto estudantes universitários, experienciando e intervindo na construção de uma política pública, foi possível apresentar indagações aos representantes institucionais, apontando o “não dito” e evidenciando crises emergentes nas falas problemáticas de agentes estaduais, tais como “Nós que estamos aqui somos a maioria da população de bem, quem têm que se preocupar é quem está na margem na Lei” e negou que fosse política do estado “sair matando”, após questionamentos sobre abuso policial e o extermínio das juventudes.

Participamos da divulgação de uma cartilha intitulada “A Força Nacional chegou. E agora?”, desenvolvida pelo Fórum Igreja e Sociedade em Ação, e entregue à população de Cariacica por ocasião do Grito dos Excluídos, realizado no município no dia 07 de setembro de 2019.

Além disso, houve um pronunciamento do Presidente em suas redes sociais, e publicado pelo Jornal G1 (2019), ameaçando retirar a cidade do projeto piloto em caso de ser criado algum monitoramento popular, via disque denúncia, contra a ação abusiva de policiais. Na visita do ministro da Justiça e da Segurança Pública Sergio Moro, realizada em 25 de novembro de 2019, a participação do movimento popular foi excluída.

A vivência neste trabalho nos mostrou o lugar estratégico da universidade pública na produção do saber, além do caráter ético-político que precisa pautar as ações da universidade. As pesquisas realizadas na universidade foram dispositivos importantes para subsidiar as análises e intervenções da Comissão Popular de Monitoramento. Os dados produzidos pela universidade podem contribuir para indagar naturalizações e dados

supostamente sacralizados. Ao lado dessa contribuição, as pesquisas e ações de extensão que o Programa de Extensão e Pesquisa efetuou nestes 10 anos permitiu que nosso campo de análise se ampliasse. As ações que o Programa de Extensão e Pesquisa efetuou com coletivos de juventude de Cariacica, e também com parcelas do movimento popular, permitiu que tivéssemos a dimensão da complexidade dos processos que engendram a violência em Cariacica.

Nos últimos anos, a destruição das políticas sociais e o incremento do uso dessas políticas sociais para efetuar o controle e a punição dos corpos, como salientou Foucault (2008), tem convivido com a expansão das políticas de segurança que tem um recorte de raça, classe e gênero, como destacamos ao longo deste relato. Uma sociedade cada vez mais punitiva, racista e segregadora, requer a intensificação na produção de saberes que desmontem muitas das armadilhas que hoje nos deparamos. Dentre elas, destacamos a importância do debate acerca do engendramento da necropolítica que vem pautando as políticas neoliberais.

A ação que acompanhamos em Cariacica, efetuadas por meio do Programa ‘Em frente, Brasil’, privilegiaram políticas de segurança que tomam como inimigos jovens negros e pobres, em detrimento de políticas sociais que possam enfrentar os efeitos perversos da desigualdade social e do racismo. Um corte entre quem deve ou merece viver e quem pode ou deve morrer para garantir a segurança de certos grupos sociais, expõe a necropolítica, descrita por Mbembe (2018) como a gestão da morte efetuada pelo capitalismo neoliberal atual. Aqui, segundo este autor, a função do racismo é operar de forma a gerir a distribuição da morte, tornando possível a função assassina do Estado.

A questão social cada vez mais é tratada como problema de polícia, de encarceramento, de arma, de controle. E cada vez menos inclui o enfrentamento das variadas formas de exclusão que o capitalismo neoliberal fabrica. Reduzir a questão social à criminalidade e à violência, associando pobreza e violência, contribui para manter um Estado de exceção que se justifica em nome da existência de classes perigosas que precisam ser mantidas sob controle. O Programa ‘Em frente, Brasil’ é uma das expressões do funcionamento necropolítico do aparelho de Estado brasileiro e capixaba. O direito de matar é apresentado e efetuado sob o manto de discursos supostamente apregoadores de cidadania, inclusão, empoderamento, autonomia, protagonismo, etc, para os cidadãos de bem, ordeiros.

Neste processo, as ações da comissão popular de monitoramento têm uma importância fundamental de explicitar os jogos e artimanhas destas políticas de segurança, de mostrar o lugar do Estado como agente da violência (AUGUSTO, 2017). E experienciar este processo traz elementos da maior importância para nosso processo formativo como profissionais que atuam e/ou atuarão no âmbito das políticas sociais.

Referências

AUGUSTO, Acácio. Segurança pública e prisões no Brasil: uma mirada abolicionista penal da violência de Estado. **São Pauler**. São Paulo, 20 jun. 2017 Disponível em: <https://medium.com/saopauler/tagged/politica-radical>. Acesso em 8 de março de 2020.

BAPTISTA, Jussara. Comissão Popular cobra respostas de Moro sobre atuação da Força Nacional. **Século Diário**, Espírito Santo, 29 out. 2019. Direitos. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/comissao-popular-cobra-respostas-de-moro-sobre-atuacao-da-forca-nacional>. Acessado em 05 de março de 2020.

BAPTISTA, Jussara. Comissão para monitorar força nacional em Cariacica realiza primeira plenária. **Século Diário**, Espírito Santo, 14 ago. 2019. Segurança. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/comissao-para-monitorar-forca-nacional-em-cariacica-realiza-primeira-plenaria>. Acesso 05 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028**. Sistema Único de Segurança Pública. Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2018. 94 p.

CARVALHO, Jailton de. Moro anuncia nome de cidades contempladas com medidas do plano nacional de segurança pública. **O GLOBO**, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/moro-anuncia-nomes-de-cidades-contempladas-com-medidas-do-plano-nacional-de-seguranca-publica-23667308>. Acesso em 03 mar. 2019.

DANIN, Renata. A. Loic Wacquant: encarceramento em massa como política social na contemporaneidade. **Revista Sem Asp**, Araraquara, v. 6, n. 2, p. 125-133, jul./dez., 2017. eISSN: 2358-4238. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/viewFile/11162/7205>. Acesso em 6 mar. de 2020

DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Editora Difel, 2018. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

HECKERT, Ana. L. C.; PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In: BARROS, M. E. B.; CARVALHO, S.; FERIGATO, S. (Orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/cariacica/panorama> . Acesso em 07 mar. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Atlas da Violência. Retratos dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, jul. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

JESUS, Aloíza D. R. **De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo. (1850/1871)**. Vitória: UFES, 2009. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

LIMA, Renato S. No ES, violência cresce mais em cidade com projeto-piloto de Sergio Moro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2020/02/29/no-es-violencia-cresce-mais-em-cidade-com-projeto-piloto-de-sergio-moro/>. Acesso em 07 mar. 2020.

LÓPEZ, Laura C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>.

MATA, Iacy M. Libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia Pós-abolição. **História Social, Campinas – SP NO 14/15 2008 (35–59)**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/123/118>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PEREIRA, Fábio B. Pós-abolição: liberdade e cidadania. Cachoeira-Ba, Laboratório de História. Centro de Cultura, Artes e Humanidades. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2015. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/F%C3%A1bio_Batista/C_continuacao_11.pdf. Acesso em 5 mar 2018

ROCHA, Marisa L.; AGUIAR, Katia F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

RODRIGUES, Mateus. Bolsonaro ameaça tirar Força Nacional de Cariacica se houver Disque Denúncia para policiais. **G1**, Brasília, 03 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/10/03/bolsonaro-ameaca-tirar-forca-nacional-de-municipio-se-prefeito-criar-disque-denuncia-para-abuso-de-autoridade.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ROSA, Pablo O. **Drogas e a governamentalidade neoliberal: Uma genealogia da redução de danos**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

ROSA, Pablo O.; JUNIOR, Humberto R.; CAMPOS, Carmen H.; SOUZA, Aknaton T. **Sociologia da violência**, do crime e da punição. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. ISBN: 978-85-8425-542-9.

TELLES, Ana C.; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raul. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 18, dez. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8886/1/bapi_18_cap_12.pdf Acesso em: 8 mar. 2020

VALENTE, Jonas. Ministério abre consulta sobre Plano Nacional de Segurança Pública. **AgênciaBrasil**. Brasília, 19 set. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/ministerio-abre-consulta-sobre-plano-nacional-de-seguranca-publica>. Acesso em 03 mar. 2020.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em 08 mar. 2020.